



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Em 29 de abril de 2022, às 10h00, reuniram-se virtualmente para a reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - CPAI, sob a presidência do Exmo. Desembargador Alvaro Alves Nôga, presentes a Exma. Juíza Titular Regina Celi Vieira Ferro, e os servidores: Adriana Domanoski Gurniak, Alexandre Aguenta Arakaki, Aline Maria de Castro Silva Rossi, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Ferrari Kovács, Débora Forlin Granja, Dulcinéa Lima de Jesus Figueiredo, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Elaine Caire, Eliana Maiellaro, Fernanda Izídio de Oliveira Cimino, Filipe Gioielli Mafalda, Gabriel Pio de Paula, Gilda Garcia (representando Hécio Nalon Alves), Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, José Renato das Graças Amaral, Jose Erigleudson da Silva, Ludmilla Cavarzere de Oliveira, Luís Carlos de Paula Reseck, Mara Salomão Pereira (representando Daniela Louise da Serra Ogata), Marcus Vinícius da Silva Batista, Monique Léa Mistura, Rodrigo Lopes Nabarro Ronaldo Prado Amoroso, Thaísa Carla Santos do Nascimento. Além dos servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ana Letícia de Lira Freitas Livramento, Fernando Lucas De Marchi Pavaneli, Thais Tie Myasaki, Thays Martinez, e a aprendiz Gabriela Cupone Gatti.

Ausentes, justificadamente, o a Exma. Juíza do Trabalho aposentada Vanda Ferreira da Cruz, a Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo e o Exmo. Juiz Titular Milton Amadeu Junior; e os servidores: Daniela Louise da Serra Ogata, Hécio Nalon Alves, Jorge Costa Silva (servidor aposentado), José Américo Zampar Júnior, Katia Regina Cezar, Luiz Fernando de Paula Pereira, Luiz Filipe Furtado Fernandes, Narjara Jacó da Silva e Silva, Odair Pinto de Oliveira, Vanessa Spadotto Alves e Vera Lucia de Oliveira Aguiar.

O Exmo. Desembargador Presidente da Comissão, Dr. Álvaro Alves Noga, abriu a reunião e deu as boas vindas aos novos membros da CPAI, Sra. Monique Mistura, Sra. Adriana Gurniak e Sr. Nalon.

A Sra. Elaine Caire e o Sr. Luiz Reseck informaram sobre as atualizações referentes aos projetos de acessibilidade arquitetônica do TRT2, quais sejam: a reforma do Fórum Ruy Barbosa foi aprovada pelo CSJT e está em trâmite licitatório, com conclusão prevista para janeiro de 2023; as obras no Fórum de Osasco serão finalizadas nos próximos quinze dias; as reformas do prédio da Av. Rio Branco já foram concluídas; as do Fórum do Guarujá encontram-se em processo licitatório; relativamente ao Fórum de São Bernardo, aguarda-se o início da licitação para execução das obras. Informaram que a primeira licitação para obras no edifício sede foi deserta e que os preços já foram atualizados para novo processo licitatório.

Quanto aos grupos três e quatro ainda estão em fase de licitação do projeto e que a previsão atual é que as obras sejam finalizadas em 2024.

Esclareceram que as obras do edifício sede, assim como as do Fórum Ruy Barbosa, deverão ser concluídas no primeiro semestre de 2023.

O Exmo. Presidente solicitou que seja enviado à CPAI um cronograma atualizado das obras de acessibilidade, com as seguintes informações relativas às obras: quais etapas já foram concluídas, quais ainda não foram realizadas, com a respectiva previsão de prazo para realização e, quais os prazos anteriormente previstos para cada uma delas. Solicitou urgência no envio dessas informações; inclusive para que se possa responder fundamentadamente aos questionamentos do TST acerca do assunto.

Na sequência, a Sra. Adriana passou a expor os resultados da pesquisa de clima organizacional com análise específica do recorte das pessoas com deficiência.

Destacou que é necessário cuidado na avaliação dos resultados, considerando-se que apenas 20% dos servidores do TRT2 responderam à pesquisa. Informou também que os resultados da pesquisa de clima organizacional podem ser encontrados no portal da transparência, no seguinte link:

https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/estatisticas/Pesquisas/Relatorio_Pesq_Clima_Organizacional_2021.pdf



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Alguns pontos chamaram a atenção no que se refere às diferenças entre o grupo das pessoas com e sem deficiência, como, por exemplo, a diferença nos percentuais de ocupação de cargos de gestão, o maior número de pessoas com deficiência que gostariam de mudar de lotação e, também, os gestores são pior avaliados pelos servidores com deficiência, o que poderia indicar uma dificuldade por parte desses gestores em lidar com servidores nessa condição.

Já em relação à avaliação institucional geral, as pessoas com deficiência têm uma melhor avaliação do TRT2 em comparação com o grupo das pessoas sem deficiência; o que poderia ser reflexo da percepção da atuação do Tribunal relativamente à acessibilidade e inclusão.

Acolhendo a sugestão do Sr. Luiz Reseck, o Exmo. Presidente determinou que a Seção de Acessibilidade encaminhe, ao setor responsável pela pesquisa, documento com sugestões de questões específicas, a serem inseridas sobre barreiras para inclusão de pessoas com deficiência.

A Sra. Daniela Kovacs ressaltou que a maior dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional, juntamente com menor disposição para o trabalho, ambos fatores identificados na pesquisa de clima organizacional, provavelmente seja consequência do maior esforço que essas pessoas precisam dispender para a realização de quase todas as atividades cotidianas. Destacou a relevância das condições especiais de trabalho, previstas no Ato n. 11/GP, de 26 de fevereiro de 2021, para amenizar esses efeitos adversos.

O Sr. Felipe Gioielli destacou o fato de que o grupo das pessoas com deficiência é o segundo, dentro do TRT2, com maior percepção de dificuldades de inclusão no Tribunal.

A Sra. Daniela, em conjunto com a Sra. Thais Tie, destacaram a determinação da Exma. Presidente em exercício do TRT-2, Desembargadora Tania Bizarro Quirino, no sentido de que as Comissões de Acessibilidade e Diversidade adotem providências no sentido de se garantir o atendimento, no âmbito do TRT-2, das determinações constantes da Resolução 450 do CNJ, relativamente ao combate às discriminações e assédio moral.

Em seguida, a Sra. Ana Leticia Lira comunicou aos membros da CPAI a respeito da Reatech – Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade. Informou que o evento acontecerá do dia 01 a 04 de setembro do presente ano. Consultados os presentes sobre melhor data para visita institucional ao evento, restou escolhida a data de 2 de setembro, sexta-feira.

Passando-se ao próximo item da pauta, o Sr. Fernando Pavanelli relatou que, em atendimentos realizados por membros da equipe da Seção de Acessibilidade, tomou-se conhecimento de que existem servidores do TRT2 que desconhecem o trabalho e a existência da Comissão e da Seção de Acessibilidade e Inclusão.

O Exmo. Presidente reforçou a importância de se concretizar sugestão já formulada anteriormente, no sentido de que sejam designados representantes de acessibilidade em cada fórum do TRT2, de forma a melhorar a comunicação entre os servidores com deficiência e os membros da Comissão e ou da Seção de Acessibilidade.

Deliberou-se pela criação de grupo de trabalho para que se implemente política similar àquela existente na área sócio ambiental, com agentes em cada fórum para falar sobre o assunto, tendo sido escolhidos os seguintes integrantes para este grupo:

- Dr. Alvaro Nôga
- Fernanda Izidio
- Ludmilla Oliveira
- Monique Mistura
- Thais Nascimento
- Eliana Maiellaro
- Thais Tie



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- Claudia Moniak
- Ana Letícia Lira
- Fernando Pavanelli

O Sr. Felipe Gioielli informou que não há qualquer projeto de acessibilidade registrado na área de boas práticas do site do CNJ e que já solicitou o cadastro institucional a fim de que possamos inscrever projetos do TRT2 relativamente ao tema; ao que o Exmo. Presidente solicitou que fosse feito o cadastro do Programa de contratação de aprendizes com deficiência intelectual para o processo seletivo do Prêmio Inovare.

A Sra. Gilda informou que 150 vigilantes, que atuam no TRT-2, participarão de um curso introdutório de LIBRAS, de forma a possibilitar o atendimento inicial às pessoas com deficiência auditiva.

Por fim, a Exma. Juíza Regina Celi, juntamente com o Sr. Ivo Ramalho, destacaram a importância de uma ação de conscientização, no âmbito do TRT2, a respeito da relevância de que os documentos, produzidos no âmbito do TRT2, sejam acessíveis.

Retomaram a sugestão de que a Secretaria de Comunicação produza um vídeo alertando para a relevância do tema e ensinando como produzir documentos acessíveis.

A Sra. Aline Castro informou que a produção do vídeo está prevista para junho e a divulgação para a segunda quinzena de julho de 2022. Solicitou que algum servidor da Seção de Acessibilidade fosse destacado para assessorar a SeCom na produção desse conteúdo, tendo sido designado o Sr. Ivo Ramalho.

Cumprida a pauta da reunião, o Exmo. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.